ATO Nº 76

Adota medidas para assegurar a participação efetiva dos profissionais legalmente habilitados, na produção de sementes e/ou mudas.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo,

CONSIDERANDO o que estabelece o artigo 34 da Lei 5.194/66 em suas alíneas “f”, “k” e “o”;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Regional a verificação e fiscalização do exercício profissional das atividades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, conforme estabelece o artigo 24 da Lei 5.194/66,

CONSIDERANDO que as atividades de produção de sementes e mudas constituem-se em produção técnica especializada, conforme estabelece a alínea “h” do artigo 7º da Lei 5194/66:

CONSIDERANDO que a atividade técnica especializada somente poderá ser desenvolvida mediante a participação efetiva de profissional legalmente habilitado;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 218 de 23 de junho de 1973, do CONFEA, nos seus artigos 5º e 10;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1985, do CONFEA;

CONSIDERANDO o deliberado pela Câmara Especializada de Agronomia do CREA-SP,

DECIDE:

Artigo 1º - As pessoas jurídicas devidamente constituídas para desenvolverem atividades de produção de sementes e/ou mudas, deverão ainda providenciar registro junto ao CREA-SP com anotação de responsável técnico.

Artigo 2º - A produção de sementes e/ou mudas no Estado de São Paulo somente poderá ser realizada com responsabilidade técnica assumida por Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal e os demais profissionais da área, respeitadas a sua formação escolar e as atribuições legais, registrados e habilitados no CREA-SP.

Artigo 3º - O profissional responsável pela produção de semente e/ou mudas

fica sujeito à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, que define para os efeitos legais, os responsáveis técnicos, civil e penalmente, em conformidade com a Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

Parágrafo único – São identificadas como atividades técnicas da produção de sementes e/ou mudas:

- a. Planejamento; projeto técnico; estudo, análise técnica e econômica.
- b. Direção de serviços técnicos e de obras.

Artigo 4º - O profissional indicado como Responsável Técnico pela produção de sementes e/ou mudas, deverá:

- a. Informar junto ao CREA-SP a distribuição geográfica das propriedades, áreas dos campos de produção de sementes; áreas dos viveiros de mudas; espécies a serem produzidas, frequência de visita aos locais de produção.
- b. Dar baixa, junto ao Conselho, da responsabilidade técnica assumida quando interromper suas atividades junto ao produtor, num prazo máximo de 30 (trinta) dias do afastamento ou rescisão.
- c. Fornecer esclarecimentos adicionais sempre que solicitado pelo CREA-SP.

Artigo 5º- O produtor deverá manter um Livro de Visitas do profissional, de livre acesso à fiscalização do CREA-SP.

Artigo 6º - Para os efeitos deste ATO é considerado produtor toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que produza sementes e/ou mudas com a finalidade de semeadura ou plantio assistida por responsável técnico.

Artigo 7º - Aos infratores deste ATO, serão aplicadas as penalidades estabelecidas nos artigos 73 e 76, da Lei 5.194/66.

Artigo 8º - Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o ATO 53/89, deste Conselho.

São Paulo, 13 de novembro de 1998.

Eng. André M. de Fázio
CREASP-0600327570
Presidente

Eng. Miguel Prieto
CREASP-0600222046
1º Secretário

ATO Nº 77

Dispõe sobre Anotação de Responsabilidade Técnica relativa às atividades de Vistoria, Perícia, Avaliação, Arbitramento, Laudo e Parecer Técnico.

O CREA-SP. usando as

atribuições que lhe confere o artigo 34, na sua alínea “K” da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

CONSIDERANDO o disposto na alínea “b” do artigo 60 e no artigo 15 da Lei Federal supracitada;

CONSIDERANDO a obrigação expressa na Lei Federal Nº 6496, de 07 de dezembro de 1977;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, que relacionou como Atividade 06 — Vistoria, Perícia, Avaliação, Arbitramento, Laudo e Parecer Técnico, para efeito de fiscalização do exercício profissional das diversas modalidades, vinculadas ao Sistema CONFEA/CREAs;

CONSIDERANDO a necessidade de que os trabalhos de avaliação e perícias nas áreas da engenharia, arquitetura e agronomia sejam realizados por profissional legalmente habilitado no âmbito das suas atribuições;

CONSIDERANDO a preocupação em atender o interesse público, pelo fato de que essas atividades técnicas têm sido requeridas não apenas para dirimir pendências judiciais, mas também para esclarecimentos de situações junto a entidades públicas ou privadas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 25 e seu parágrafo único, da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade e importância da correta conceituação das atividades relacionadas no artigo 7º da Lei 5.194/66, a serem desenvolvidas pelos profissionais, na forma da Resolução nº 342, de II de maio de 1990, do CONFEA, para o cumprimento da Anotação de Responsabilidade Técnica, e

CONSIDERANDO o deliberado na Sessão Plenária Ordinária nº 1781 de 24 de setembro de 1998, através da Decisão nº 134/98- Processo C- 267/97;

RESOLVE

Artigo 1º - Todos os trabalhos profissionais nas áreas da engenharia, arquitetura e agronomia, referentes as atividades técnicas de vistoria, perícia, avaliação,

arbitramento, laudo e parecer técnico, realizados no Estado de São Paulo, deverão ser anotados, sob a forma de Anotação de Responsabilidade Técnica — ART. no CREA-SP:

Artigo 2º - Para os efeitos deste ATO, entende-se por:

I. VISTORIA: a atividade que envolve a constatação de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem sem a indagação das causas que o motivaram;

II. PERÍCIA: a atividade que envolve a apuração das causas que motivaram determinado evento ou da asserção de direitos;

III. AVALIAÇÃO: a atividade que envolve a determinação técnica do valor qualitativo ou monetário de um bem, de um direito ou de um empreendimento;

IV. ARBITRAMENTO: a atividade que envolve a tomada de decisão ou posição entre alternativas tecnicamente controversas ou que decorrem de aspectos subjetivos;

V. LAUDO: a peça na qual o profissional habilitado relata fundamentalmente os resultados da vistoria, da perícia, da avaliação ou do arbitramento

VI. PARECER TÉCNICO: a resposta tecnicamente fundamentada sobre um questionamento.

Artigo 3º - Ao proceder a Anotação de Responsabilidade técnica — ART correspondente às atividades técnicas referidas no artigo 1º deste Ato, o profissional responsável deverá observar o correto preenchimento da mesma, em especial os campos relativos à área de atuação, natureza e atividade técnica objetos da anotação.

Parágrafo Único- Tratando de perícia/avaliação por nomeação, o profissional deverá fazer o recolhimento de ART de cargo ou função.

Artigo 4º - Serão consideradas nulas as Anotações de Responsabilidade Técnica quando, a qualquer tempo:

1. Verificar-se a inexatidão de quaisquer dados nela constante;

11. O CREA-SP verifica a incompatibilidade entre as atividades técnicas

desenvolvidas e as atribuições profissionais dos responsáveis técnicos respectivos;

III. For caracterizado o exercício ilegal da profissão, em qualquer outra de suas formas;

Artigo 5º - Quando a ART for efetuada por profissional empregado ou sócio da empresa contratante, deverá ser anotado no campo respectivo, o número da ART na qual foi anotado o desempenho de cargo/função a qual ela se vincula;

Artigo 6º - A falta de Anotação de Responsabilidade Técnica sujeitará a pessoa física ou jurídica à multa prevista na alínea “a” do artigo 73, da Lei 5.194/66 e demais cominações legais, sem prejuízo dos valores devidos.

Artigo 7º - Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação no DOE, nos termos da Decisão Normativa nº 049/93 do CONFEA, ficando revogado o Ato nº 35 e demais disposições em contrário.

São Paulo, 13 de novembro de 1998.

Eng. André M. Fazio
CREASP-0600327570
PRESIDENTE

Eng. Miguel Prieto
CREASP-0600222046
1º SECRETARIO

Homologado pelo CONFEA em 18/06/99 através de Decisão PL-0623199.

Publicado no D.O.E em 04 de Março de 1999.